

EMENTA DE CURSO ON-LINE

1. **Nome do curso:** Básico para Elaboração de Termos de Referência.
2. **Objetivo Geral:** Adquirir os conhecimentos básicos necessários para elaboração de um Termo de Referência para contratações públicas.
3. **Carga Horária:** 24 horas/aula.
4. **Conteúdo Programático:**

Noções gerais sobre licitação, dispensa e inexigibilidade: Licitação: conceito e finalidade; Modalidades e tipos de licitação; limites e prazos; Regimes de execução; visão geral do procedimento realizado nas licitações: fase interna e externa; Dispensa e inexigibilidade: conceitos; distinção; Sistema de Registro de Preços: conceito, características, aplicação e finalidade, Instrumento de formalização: Ata de registro de preços: prazo de vigência e limite.

Aspectos gerais do Termo de Referência: Conceito, finalidade e obrigatoriedade; Origem e Base legal; Competência para a elaboração e assinatura; Projeto Básico e Termo de Referência.

Elementos mínimos do termo de referência: Objeto; justificativa para realização da contratação e do quantitativo estimado, indicando a forma de cálculo utilizada; especificação do objeto com todas as características, quantidades e unidades de medida; prazo, local e demais condições de execução dos serviços ou de fornecimento de materiais; condições de recebimento provisório e definitivo, quando cabível; valor máximo estimado unitário e global; código do e-Fisco; classificação orçamentária da despesa; prazo de vigência do contrato e previsão de prorrogação, se for o caso, devidamente justificados, conforme previsto em legislação específica; prazo de comparecimento do interessado para a assinatura do contrato; obrigações da contratada; obrigações da contratante; indicação do gestor e do fiscal do contrato, bem como suas respectivas obrigações; prazo e condições de pagamento; previsão e condições de prestação da garantia contratual, quando aplicável, ou justificativa nos casos em que, apesar de cabível, a prestação da garantia não for prevista; modalidade, devidamente justificada, salvo quando se tratar de pregão eletrônico; critérios de julgamento; penalidades; os parâmetros objetivos de avaliação de propostas quando se tratar de licitação de melhor técnica ou de técnica e preço; justificativa da opção de julgamento, quando houver inviabilidade de julgamento por item; justificativa para previsão ou vedação de consórcio; estabelecer, nas hipóteses previstas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a reserva de cota ou a exclusividade da licitação para os beneficiários da norma; requisitos de comprovação da qualificação técnica e econômico-financeira, quando necessários, e devidamente justificados quanto aos percentuais de aferição adotados; e demais informações necessárias à execução dos serviços, fornecimento ou aquisição. Nos casos de contratação utilizando o Sistema de Registro de Preços, o Termo de Referência, além dos requisitos mínimos já elencados, deve conter: gestor da ata; participantes da ata;

obrigações da gestora da ata; obrigações da detentora da ata; prazo para assinatura da ata; prazo de vigência da ata; justificativa para escolha do Sistema de Registro de Preços; e condições de adesão para não participantes.

Instrumentos Padronizados – PGE: Decreto N° 47.467/2019; Portaria N° 115/2019; Entrega futura na forma integral ou parcelada; Entrega imediata e integral.

Elementos que devem instruir o processo:

Licitações, inexigibilidades e dispensas: Ofício ou ato do ordenador de despesas; Declaração de disponibilidade orçamentária para realização da despesa; Declaração de compatibilidade das cotações com os preços praticados no mercado; Declaração de que as especificações previstas para o objeto são as mínimas necessárias para a satisfação da demanda; Declaração de inexistência de cargos no âmbito do órgão; Pesquisa de preço; Aprovação prévia da Agência de Tecnologia da Informação – ATI (quando necessário); Mapa analítico dos preços referenciais.

Objetos específicos: Planilhas de Custos e Formação de Preços; Estudos Técnicos; Objetos Padronizados.

Dispensas e Inexigibilidades: Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa; Chamamento Público; Justificativa para a contratação através de dispensa ou inexigibilidade de licitação; Escolha do prestador dos serviços; Justificativa do preço a ser contratado; Documentação de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Trabalhista e Previdenciária da Pessoa Física ou Jurídica a ser contratada; Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, inclusive referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante ou de seu domicílio; Atestado de exclusividade; Comprovação da inviabilidade de competição; Declaração de inexistência de cargos no âmbito do órgão; Documento de aprovação dos projetos de pesquisas aos quais os bens serão alocados.

Legislação Aplicável: Normas Federais - Constituição Federal 1988, Lei n° 8.666/93, Lei n° 10.520/02, Lei Complementar n° 123/2006; Normas Estaduais sobre licitações e contratos, dispensa e inexigibilidade: Lei n° 12.986/2006, Decretos n° 32.541/2008, Decreto n° 32.539/2008, Decreto n° 42.530/2015, Decreto n° 48.736/2020, Decreto n° 42.048/2015, Decreto n° 47.424/2019, Decreto n° 37.271/2011, Decreto n° 45.140/2017, Decreto n° 47.467/2019 e Portaria N° 115/2019.

5. Metodologia:

Metodologia de Ensino: As aulas serão baseadas em exposições dialogadas e prática com os aplicativos Microsoft Teams. O curso será realizado com uso da ferramenta Microsoft Teams, uma plataforma unificada de comunicação e colaboração que combina bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos. O tutor e alunos estarão no mesmo horário na plataforma, sendo a aula transmitida ao vivo e ficando também uma gravação para quem desejar assistir novamente. O aluno terá acesso a apostila também dentro da ferramenta Microsoft Teams.

Metodologia de Avaliação de Aprendizagem: Ao término do curso, os alunos serão avaliados na própria ferramenta Microsoft Teams por meio de prova online com 10 (dez) questões, sendo 01 (um) ponto por questão, cuja nota mínima para aprovação do curso é 07 (sete) pontos. A primeira prova estará disponível no 1º dia útil imediatamente posterior ao fim do curso. A segunda prova (opcional e de recuperação de nota) estará disponível no 2º dia útil imediatamente posterior ao fim do curso. A chamada será feita no horário da aula ao vivo por meio de recursos da ferramenta Microsoft Teams.

6. Bibliografia:

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas Licitações e Contratos. 13ª ed. Atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2014;

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres, Comentários à lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 11ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014;

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. São Paulo . Dialética – 2014;

SANTANA, Jair Eduardo; CAMARÃO, Tatiana; CHRISPIM, Anna Carla Duarte.
Termo de referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos.